

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: AM-Multinacionais
 Data 21.12.78 Pg.: 32 09

Sudam nega contrato florestal

Do correspondente em
BELEM

O superintendente da Sudam, Hugo de Almeida, negou ontem que o órgão tenha alguma vez proposto a adoção de contratos de risco para exploração madeireira ou sugerido a venda da floresta em pé. Durante reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, ontem em Belém, ele disse que a Sudam vem tentando aplicar um plano de exploração racional e organizada da floresta, justamente para evitar sua predação, e que esse plano já estava previsto no II PND.

Em 1974 a Sudam publicou um estudo sugerindo a criação de florestas de domínio público a fim de que o governo pudesse incentivar e ao mesmo tempo controlar a atividade das empresas madeireiras particulares, mas esse projeto não chegou a ser executado.

Hugo de Almeida procurou explicar para os conse-

lheiros da Sudam o que classificou de "um equívoco": a partir da descoberta de um estudo encaminhado ao governo propondo a utilização de contratos de arrendamento florestal (ele não disse quem encaminhou, mas sabe-se que foi o IBDF), surgiu a interpretação de que se tratava de um contrato de risco e que a floresta seria vendida, gerando toda uma série de mal-entendidos só agora esclarecidos.

Acrescentou o superintendente da Sudam que pessoalmente tem procurado verificar a escala da devastação da Amazônia e ficou surpreendido, durante uma visita a Conceição do Araguaia, no sul do Pará, ao contar 37 caminhos passando pela estrada Marabá-Conceição para levar toras da região na direção do sul do País. "Infelizmente não se pode impedir esse comércio, porque seria uma medida inconstitucional, bloqueando a liberdade de ir e vir que a Constituição assegura a pessoas e merca-

dorias dentro do País, mas essa saída de toras é altamente prejudicial."

Para ter uma avaliação mais objetiva do que a observação episódica que fez durante sua visita a Conceição, o superintendente da Sudam vai manter uma equipe às margens da Belém-Brasília durante alguns dias para contar o número de caminhões transportando toras ou serrados na direção do Sul.

Hugo Almeida, porém, defendeu a Sudam da acusação de estar estimulando essa destruição. Ele referiu-se a um estudo recente divulgado pelo INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos), acusando os projetos agropecuários aprovados pela Sudam, no sul do Pará, de terem desmatado 4,5 milhões de hectares. "Imediatamente mandei fazer um levantamento rigoroso da situação e verifiquei que tais projetos, quando implantados, o que ainda demandará algum tempo, terão desmatado 550 mil hectares. Logo, se o INPE, diz que nessa área foram desmatados 4,5 milhões, a

culpa não é da Sudam. Deve ser creditada a toda a ocupação desordenada da região."

Fazendo um retrospecto da atuação da Sudam durante este ano, Hugo de Almeida mostrou que o órgão aprovou 22 novos projetos econômicos para a região, no valor de 4,5 bilhões de cruzeiros, sendo cinco agropecuários e dois industriais, e a reformulação de 47 que já haviam sido aprovados anteriormente, no valor de 4,6 bilhões, sendo 28 agropecuários e 17 industriais. O orçamento do Finam (Fundo de Investimentos da Amazônia) para este ano foi de 2,32 bilhões de cruzeiros, dos quais a Sudam já liberou dois bilhões. Também neste ano a Sudam destinou recursos para 312 projetos do Polamazônia, sendo 88 no setor agrícola, 59 em saúde, 52 em educação e 24 em transporte.

A reunião do Conselho Deliberativo de ontem foi a mais rápida do ano, com a aprovação de todos os pareceres e projetos, no valor de mais de 500 milhões de cruzeiros.